

Direito Tributário

Alexandre Lugon

Breve Histórico do Decreto nº 70.235/72 e Legislação Tributária no PAF

O Decreto-Lei nº 822, de 5 de setembro de 1969, foi apoiado em ato institucional, delegando competência para o Poder Executivo legislar sobre processo fiscal. Daí surgiu o Decreto nº 70.235/1972 com a finalidade de regular o processo administrativo relativo à determinação e à exigência de créditos tributários federais, de empréstimos compulsórios e de consulta. Em razão da mencionada delegação de competência, atualmente a jurisprudência confere a esse Decreto o *status* de lei.

O antigo Tribunal Federal de Recursos, por meio do AMS 106.747-DF, estabeleceu que o Decreto nº 70.235/1972 tem *status* de lei.

- Decreto nº 70.235/1972: é a lei básica que rege o processo administrativo fiscal. Visava uniformizar a legislação processual administrativa tributária.

Lei nº 9.784/1999: regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, direta e indireta.

**Portaria MF 203 de 2012- Aprova o Regimento Interno da RFB
(alterado pela Portaria MF 512 de 2013).**

Portaria MF 341 de 2011- Disciplina a constituição de Turmas e Funcionamento das DRJs

Portaria MF 999 de 2013- Disciplina critérios de prioridade para o julgamento de processos administrativos fiscais no âmbito das DRJs

Portaria MF 55 de 1998- Aprova os regimentos internos da CSRF e dos Conselhos de Contribuintes CC

Portaria RFB 1006 de 2013 Disciplina a competência por matéria da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) e relaciona as matérias de julgamento por Turma.

Portaria RFB 268 de 2012 Dispõe sobre conflitos de competência ou de jurisdição entre as unidades da Secretaria Receita Federal do Brasil e relevação de penalidades.

Portaria RFB 2217 de 2014 Disciplina a Consulta Interna (CI), a consulta à PGFN e a revisão dos atos legais e normativos elaborados e editados pela SRFB

Portaria RFB 1364 de 2004- dispõe sobre a dispensa de elaboração de ementa nos acórdãos resultante de julgamento de processos fiscais que especifica.

Portaria MF 03 de 2008- estabelece limite para interposição de recurso de ofício pelas Turmas de Julgamento das Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)

Instrução Normativa RFB n.º 1.396, de 16/09/2013: disciplina o processo de consulta acerca da interpretação da legislação tributária e da classificação de mercadorias (alterações trazidas pela Instrução Normativa RFB n.º 1.434, de 30/12/2013).

IN 600 SRF de 2005- Disciplina a compensação e restituição de quantias recolhidas a título de tributos e contribuições administrados pela SRFB, restituição e compensação de outras receitas da União arrecadadas mediante DARF, ressarcimento e compensação de créditos de IPI e de PIS/COFINS

Portaria 6087 SRF de 2005- Dispõe sobre o Planejamento de Atividades Fiscais e estabelece normas de execução de Procedimentos Fiscais (disciplina o Mandado de Procedimento Fiscal)

Portaria RFB n.º 1.687, de 17/09/2014: dispõe sobre o planejamento das atividades fiscais e estabelece normas para a execução de procedimentos fiscais relativos ao controle aduaneiro do comércio exterior e aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (disciplina o Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal – TDPF).

IN 1300 de 2012- disciplina a restituição e compensação de quantias recolhidas a título de tributo ou contribuição administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; restituição e compensação de outras receitas da União arrecadadas mediante DARF, ressarcimento e compensação de créditos do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS (alterações trazidas pelas Instruções Normativas RFB n.o 1.377, de 24/07/2013, n.o 1.425, de 19/12/2013, n.o 1.472, de 02/06/2014, n.º 1.490, de 15/08/2014, n.º 1.529, de 18/12/2014).

IN 2439 de 2010- estabelece procedimentos a serem observados na comunicação ao Ministério Público Federal de fatos que configurem, em tese, crimes contra a ordem tributária; contra a Previdência Social; contra a Administração Pública Federal, em detrimento da Fazenda Nacional; contra Administração Pública Estrangeira; bem como crimes de contrabando ou descaminho, de falsidade de títulos, papéis e documentos públicos e de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (alterações trazidas pela Portaria RFB n.o 3.182, de 29/07/2011).

IN 1171 de 2011- estabelece procedimentos para o arrolamento de bens e direitos e propositura de medida cautelar fiscal (alterações trazidas pelas Instruções Normativas RFB n.o 1.197, de 30/09/2011, e n.o 1.206, de 01/11/2011).

Decreto n. 3.724, de 10/01/2001 Regulamenta o art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 1 de janeiro de 2001, relativamente à requisição, acesso e uso, pela Secretaria da Receita Federal, de informações referentes a operações e serviços das instituições financeiras e das entidades a elas equiparadas (alterações trazidas pelos Decretos n.º 6.104, de 30/04/2007, e n.º 8.303, de 04/09/2014).

Portaria SRF 1769 de 2005- Dispõe sobre a movimentação de processos administrativos referentes a tributos e contribuições administrados pela SRFB

- **Lei Complementar nº 104/2001:** disciplina a desconsideração de atos e negócios jurídicos e traz exceções ao sigilo fiscal
- **Lei Complementar nº 105/2001:** disciplina o acesso a informações sobre movimentação financeira e sobre sigilo fiscal

Portaria MF n.º 203, de 14/05/2012: aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB (alterações trazidas pela Portaria MF n.º 512, de 02/10/2013).

Lei nº 9.784/1999: regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, direta e indireta.

- **Lei nº 11.457/2007:** estabelece a fusão entre a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária, fazendo surgir a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).
- **Decreto nº 7.574/2011:** regulamenta o processo de determinação e exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal e outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela RFB.
- **Lei nº 13.140/2015:** dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235/1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469/1997. Essa lei entrou em vigor no dia 26 de dezembro de 2015.

Portaria MF n.º 256, de 22/06/2009: aprova o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (alterações trazidas pelas Portarias MF n.o 446, de 27/08/2009, n.o 586, de 21/12/2010, n.o 226, de 11/04/2011, e n.º 545, de 18/11/2013)

The logo consists of a white square containing a black 'd' character, followed by a black diagonal slash and the word 'concursos' in a bold, black, sans-serif font.

d /concursos